



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

O IMPACTOS DO RACISMO NA SUBJETIVIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA: SOFRIMENTO, TRAUMA E CONSCIÊNCIA NEGRA

Ivany Aparecida Salvador*

RESUMO

Este trabalho investiga os efeitos do racismo na subjetividade da população negra, enfatizando as contribuições da psicanálise para compreender esse fenômeno. O objetivo geral é analisar como o racismo impacta a subjetividade dos indivíduos negros, enquanto os objetivos específicos incluem: examinar o contexto histórico do racismo no Brasil e suas repercussões atuais; discutir as contribuições da psicanálise na compreensão dos impactos do racismo sobre identidade, autoestima e pertencimento social; e investigar a importância da consciência negra como forma de resistência e superação das consequências psicológicas do racismo. A metodologia adotada é qualitativa, permitindo uma análise aprofundada por meio de revisão de literatura. A justificativa para este estudo reside na necessidade urgente de compreender as relações entre racismo e subjetividade, dada a persistência das desigualdades raciais no Brasil. Os resultados revelam que o racismo, tanto consciente quanto inconsciente, afeta significativamente a saúde mental e emocional da população negra. Contudo, a construção da consciência negra emerge como estratégia eficaz para promover resistência e fortalecimento da identidade.

Palavras-chave: Racismo. Aspectos Sociais. Psicanálise. Consciência Negra.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é profundamente marcada pela escravidão por mais de três séculos, e esse longo período moldou a organização social, econômica e política do país. Esse contexto histórico contribuiu para a construção do racismo no Brasil e seus processos, tanto inconscientes quanto conscientes, culturais e subjetivos formando um sistema presente nas instituições, que se reflete nas desigualdades sociais e econômicas, na violência e na marginalização da população negra. O racismo estrutural marginaliza certos grupos sociais, resultando em exclusão social, econômica e política. Entretanto, a ideia de uma "democracia racial", amplamente difundida, encobre essas desigualdades

* TCC em formato de artigo, apresentado ao Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (FACEC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia. Ivany Salvador, aluna do 10º período do curso de Psicologia. Email: ivany.salvador@gmail.com.



através de um discurso que finge igualdade, mas perpetua a segregação racial (Silva, 2016).

Diante desse cenário, a luta pela construção da consciência negra tornou-se essencial para combater o racismo e promover a igualdade racial. O Dia da Consciência Negra, um ícone da resistência, é um momento para refletir sobre as contribuições da população negra e fortalecer sua identidade. Além disso, o debate sobre inclusão social e educação antirracista surge como uma ferramenta importante na luta contra as desigualdades (Silva *et al.*, 2023).

O objetivo deste trabalho é investigar os efeitos do racismo na subjetividade da população negra, com ênfase nas contribuições da psicanálise para a compreensão desse fenômeno. Para isso, busca-se analisar o contexto histórico do racismo no Brasil, discutindo como as estruturas sociais e políticas resultantes da escravidão continuam a impactar a vida dos negros. Discutir as contribuições da psicanálise para a compreensão dos impactos do racismo na construção da subjetividade é igualmente central, uma vez que essa abordagem permite explorar como o racismo afeta a identidade, a autoestima e o pertencimento social dos indivíduos negros. Além disso, investigar a importância da consciência negra no processo de resistência e superação das consequências psicológicas do racismo contribui para entender como essa resistência fortalece a saúde mental e emocional da população negra.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender e combater os efeitos devastadores do racismo no Brasil. O racismo não é apenas um problema social e econômico, mas também psicológico, afetando diretamente a subjetividade e a saúde mental da população negra.

1 METODOLOGIA

Este artigo é o resultado de uma grande revisão de narrativas. Com isso, buscamos investigar os impactos que o racismo causa na subjetividade da população negra, que produzem sofrimento e trauma. Sendo assim, exploramos o conceito de consciência negra, que vai muito além do simples orgulho em relação à cor da pele. É também um

extenso movimento de afirmação, que busca a reivindicação do direito de contar a verdadeira história que nos foi tirada, uma luta e resistência da população negra.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem bibliográfica exploratória, que permitiu o levantamento de obras de autores clássicos e contemporâneos sobre o tema. Optamos por uma metodologia qualitativa, que se alinha com o objetivo de compreender, de maneira profunda e detalhada, os efeitos psicológicos e emocionais do racismo na vida cotidiana dos indivíduos negros. Esse método oferece uma base sólida para a discussão dos fenômenos analisados, conforme destacado por Silveira e Córdova (2009), ao afirmarem que é uma abordagem que é diferente das representações numéricas dos estudos quantitativos. Tal abordagem nos permite ampliar a compreensão das experiências individuais e coletivas dos negros, explorando dimensões subjetivas e sociais muitas vezes negligenciadas por estudos puramente quantitativos.

A revisão de narrativas foi fundamentada em autores essenciais para a compreensão da psique negra, como Isildinha Baptista Nogueira, em sua tese de doutorado intitulada *Significações do Corpo Negro* (1998), que investiga as dinâmicas psicológicas impostas pelo racismo; Frantz Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), cujos escritos são indispensáveis para a análise dos impactos psicológicos da colonização e do racismo; Andréa Guerra, nas obras *O Papel da Psicanálise na Desconstrução do Racismo à Brasileira* (2020) e *A Psicanálise em Elipse Decolonial* (2021), que oferecem contribuições valiosas sobre identidade e resistência; e Silvio Almeida, na obra *O que é Racismo Estrutural?* (2020), que aborda as implicações e explicações do racismo estrutural. Além desses pensadores, outros autores relevantes foram consultados, a fim de enriquecer o debate e garantir uma diversidade de perspectivas teóricas.

Este texto se compõe de fontes confiáveis de pesquisa acadêmica, como bases de dados da *SCIELO* e do *Google Acadêmico*, e de obras clássicas e contemporâneas de autores que tratam do problema do racismo e de suas implicações na subjetividade negra. Por isso, essas fontes forneceram um grande acervo de dados e teorias para somar e argumentar com mais força. A análise do racismo que segue neste texto se destaca pelo fato de que ele se torna uma influência constante e profunda na vida da população negra.



Como Jesus e Costa (2017) sinalizam, o racismo não é apenas um fenômeno social. Ele mobiliza a resistência, o silenciamento, a reprodução de injustiças, o sofrimento e, em alguns casos, a libertação. Esses efeitos estão diretamente relacionados à experiência de vida de cada indivíduo, ao enfrentamento cotidiano dos conflitos. Essa abordagem nos permite compreender as várias dimensões do racismo, permitindo-nos explorar as narrativas pessoais, a construção de identidades e os intensos processos de resistência e sofrimento que fazem parte da experiência da população negra. Assim, este trabalho visa lançar luz sobre a forma como essas dinâmicas se manifestam nas relações raciais e no impacto que elas têm sobre a subjetividade dos indivíduos negros, oferecendo uma contribuição importante para o entendimento das consequências dos impactos do racismo na subjetividade e na sociedade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Uma breve Contextualização Histórica

No Brasil, segundo fontes históricas, tivemos aproximadamente 388 anos de escravidão. Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, então regente da monarquia no Brasil, valendo-se de seus poderes, assinou a Lei Áurea, que aboliu o trabalho escravo no país, sendo o Brasil um dos últimos países das Américas a assinar tal lei, devido à grande pressão popular (Menezes, 2009). No entanto, a Lei Áurea não representou um ato de benevolência do Império. A abolição foi conquistada por meio de lutas armadas e inúmeras mortes de escravizados, enquanto a resistência organizada de grupos abolicionistas aumentava a pressão popular sobre o Império, culminando nesse marco legal. Antes disso, algumas leis intermediárias, como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, ofereceram passos iniciais, ainda que insuficientes, na direção da abolição completa (Menezes, 2009).

Porém, a abolição da escravidão não resolvia as questões estruturais e sociais enfrentadas pela população negra. Tanto os movimentos abolicionistas e culturais negros como a capoeira eram reprimidos pelo próprio Estado através de leis que proibiam e estigmatizavam tal expressão cultural, criminalizando até a religião de matriz africana

como comida de macumba e entidades africanas. O estado legitimava crimes de ódio para tentar conter a popularização da cultura negra e o reconhecimento do povo negro, mesmo para a sua população. A população escravocrata, por sua vez, se articulava politicamente contra o progresso abolicionista, gerando conflitos, assassinatos e estigmas que duram na negritude até atualmente (Sento-Sé, 2000).

Com o fim formal da escravidão, por pressão política, os ex-escravizados foram libertos sob a condição de que seus donos fossem indenizados, enquanto os negros recém-libertos ficaram sem qualquer acesso a terras ou meios de sustento. Assim, muitos foram forçados a se organizar nas periferias urbanas, originando as favelas, espaços que carregam até hoje o estigma da pobreza e marginalização. O preconceito contra os moradores dessas áreas é uma continuação das hierarquias sociais herdadas da escravidão, onde os recém-libertos não tinham direito ao acesso à sociedade, como, por exemplo, à compra de terras (Sento-Sé, 2000). Essas barreiras sociais permaneceram e contribuíram para a segregação espacial e econômica que persiste até os dias atuais.

Além disso, o racismo também fez com que a população negra, numa posição já desfavorecida, fosse ainda mais excluída social e economicamente. Sem a capacidade de acesso à educação, à terra ou a um emprego adequado, muitos indivíduos negros ficaram amontoados em favelas, onde a pobreza e a falta de rosto aumentaram. Tal estigma histórico continua a colocar o indivíduo negro em desvantagem social, através da utilização da pessoa negra como perigosa, insegura, isolada e degradada, conforme destaca Fanon (2008, p.105):

Elaborei, abaixo do esquema corporal, um esquema histórico-racial. Os elementos que utilizei não me foram fornecidos pelos 'resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, espacial, cinestésica e visual', mas pelo outro, o branco, que os teceu para mim através de mil detalhes, anedotas, relatos. Eu acreditava estar construindo um eu fisiológico, equilibrando o espaço, localizando as sensações, e eis que exigiam de mim um suplemento.

Essa marca imposta pela sociedade, com a cor da pele como seu principal elemento, reforça a exclusão do negro. Segundo Goffman (1980), o estigma é atribuído àqueles que são percebidos como diferentes do padrão social dominante e busca degradar o estigmatizado, colocando-o em um espaço de inferioridade para manter o controle

social. Como resultado, o negro estigmatizado não tem voz ou valor reconhecido na sociedade.

Além do preconceito social, há o problema da violência institucional, especialmente nas periferias. Desde a época da escravidão, o poder de polícia foi utilizado para proteger os interesses da classe dominante escravagista, que detinha poder político e econômico, e essa lógica persiste até hoje nas chacinas e operações policiais em comunidades pobres. Enquanto essas operações ocorrem regularmente em bairros periféricos, áreas ricas quase nunca são alvo de ações semelhantes (Barreto Filho, 2022).

Essa realidade é representada de maneira poética por Conceição Evaristo ao retratar a continuidade do luto e da violência contra o corpo negro:

Os ossos de nossos antepassados colhem as nossas perenes lágrimas pelos mortos de hoje. Os olhos de nossos antepassados, negras estrelas tingidas de sangue, elevam-se das profundezas do tempo cuidando de nossa dolorida memória. A terra está coberta de valas e a qualquer descuido da vida a morte é certa. A bala não erra o alvo, no escuro um corpo negro bambeia e dança. A certidão de óbito, os antigos sabem, veio lavrada desde os negreiros (Evaristo, 2008, p.17).

Esse racismo estrutural, que agora definiremos enterra corpos negros diariamente. Ele não apenas legitima a violência policial, mas ensina aos agentes do Estado que suas balas têm um alvo e uma cor específica. A necropolítica define quem vive e quem morre, perpetuando o racismo e a cultura do branqueamento no Brasil (Ramos, 2020). Como conclui Ramos (2020), o Estado age como uma "máquina de dilacerar negros", e a morte de pretos e pardos é vista como algo natural e justificado pela sociedade dominante.

2.2 Racismo Estrutural

Dessa forma, o racismo no Brasil é uma construção articulada estruturalmente), e não é configurável através da ação voluntarista, mas também por mecanismos coletivos e institucionais, explica Andréa Guerra em 2020 (Guerra, 2020) que Žižek (2014) fez a mesma observação. Tal racismo estrutural opera de maneira automática, fluindo através da burocracia e do cotidiano, arraigado nos costumes e na vida do povo brasileiro.



Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para o indivíduo, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 22).

Assim, este racismo estrutural também se manifesta nas instituições, como é o caso dos poderes público e econômico, não por terem sido instituídos com o intuito de serem racistas, mas porque são compostos por indivíduos que portam o racismo nas suas subjetividades (Almeida, 2019). O racismo estrutural está presente na estrutura da sociedade:

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (Almeida, 2019, p.34).

O racismo estrutural se esconde nesse discurso e se manifesta de maneira sofisticada, incluindo formas como o racismo religioso, que discrimina crenças de matriz africana, e o racismo recreativo, que ocorre em brincadeiras ou piadas racistas (Silva *et al.*, 2023). O racismo explícito que são ações e ofensas verbalizadas e de discriminações. O racismo implícito/velado é o mais comum pois aparece na sutileza (Silva; Paludo, 2011). O racismo cordial que está inserido na sociedade brasileira, que é manifestado nas relações privadas e acaba se camuflando em uma suposta tolerância pública (Pacheco, [2015].). O racismo cultural de que uma cultura é superior a outra. Não basta apenas denunciar o racismo; é necessário ser antirracista, questionando as estruturas, fiscalizando e cobrando as instituições para lutar por igualdade de direitos. Essa é apenas uma das muitas atitudes que podemos adotar para construir uma sociedade mais justa (Silva *et al.*, 2023).

Nesse contexto, Frantz Fanon, em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), aborda a violência sofrida pela população negra, imposta por um sistema completamente racista, marcado pelo colonialismo. As pessoas negras enfrentam situações

despersonalizantes, vivenciadas nas interações sociais, onde sua história, vida e subjetividade são anuladas, reduzidas à sua epiderme. Sob a perspectiva da branquitude, a desumanização das pessoas negras leva à redução de suas existências e subjetividades, enquanto seus corpos são estigmatizados e diminuídos. Essas vivências profundamente traumáticas, que permeiam a vida de indivíduos negros, podem desencadear processos de despersonalização, resultando em intenso sofrimento psicológico. Em vista disso, não houve no país políticas de reparação histórica pelos danos causados em mais de trezentos anos de escravidão, e essa ausência contribuiu para uma política de embranquecimento, implementada no Brasil pós-abolição com a chegada de europeus, que visava "embranquecer" o país. O resultado foi a negação da existência da população negra e de seu direito a bens materiais, levando à perda do direito de ser inscrita simbolicamente em discursos e símbolos que comporiam o inconsciente coletivo do país nos séculos seguintes. Nesse sentido, o ensino escolar e as narrativas produzidas acabaram por simbolizar a população negra como escrava, tratando "negro" e "escravo" como palavras de extrema semelhança. Assim, fala-se pouco sobre a resistência negra no Brasil; quase não se menciona as fugas e a construção de quilombos, e há poucas narrativas que destacam homens e mulheres negros como protagonistas da história do país. Assim, foi construída uma narrativa eurocêntrica, onde a população negra foi educada para se sentir descendente de escravizados (Souza, 1983).

Esse apagamento das contribuições e histórias da população negra é amplificado pelo conceito de epistemicídio, criado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1999). Esse conceito refere-se ao aniquilamento de saberes que não são aceitos pela cultura branca ocidental e se relaciona, em outros filósofos, ao homicídio e à negação de conhecimentos de determinados povos, silenciando culturas que não são dominantes. Dessa forma, a falta de reconhecimento e valorização dos saberes e experiências da população negra se entrelaça com a construção de uma narrativa que perpetua a marginalização e a invisibilidade dessa população na sociedade brasileira. Neusa Santos Souza, em sua obra *Tornar-se Negro* (1983), enfatiza que nascer com a pele preta e compartilhar de uma história comum de desenraizamento, escravidão e discriminação racial não organiza, por si só, uma identidade negra. Em 1850, no Brasil, ocorreu um processo que abriu espaço para a entrada de europeus, com o intuito de substituir a mão

de obra livre pela mão de obra assalariada. Esse movimento excluiu a população negra, que, mesmo tendo sido liberta da escravidão, permaneceu em condição de marginalidade, resultando em uma população que, embora não estivesse mais nas senzalas, se encontrava nas ruas, nos manicômios ou nas prisões (Souza, 1983). Quando a existência negra não é ignorada pelo olhar, ela acaba sendo apagada fisicamente. Como diz Emicida em sua música Ismália, "[...] a felicidade do branco é plena, a felicidade do preto é quase" (Emicida, 2019, 2:40).

Além disso, Vieira (2019) argumenta que não existem pessoas negras racistas, pois elas padecem de auto-ódio, que é uma engrenagem inconsciente de negação de si mesmas. A população negra é provocada por múltiplos dispositivos para odiar-se, odiando seus traços, sua pele, sua história e sua ancestralidade. Nesse contexto, nosso país mata um número alarmante de jovens negros em poucos minutos. Esse afeto projetado sobre os jovens negros, discursiva e objetivamente, por meio das políticas de segurança, é o afeto do ódio — o mesmo ódio que mata pessoas negras todos os dias (Vieira, 2019). Afirmando que o auto-ódio tem cura, Vieira (2019) enfatiza que, como afirma Neusa Santos Souza (1983), é necessário "tornar-se negro". Esse processo envolve o enegrecimento dos símbolos e dos discursos por meio das produções literárias, artísticas e científicas de pessoas negras, além de um exercício de conscientização e interpretação da realidade dos efeitos que o racismo causa nas subjetividades das pessoas negras. Segundo Fanon (2008), quanto mais o colonizado absorver os valores culturais da metrópole, mais ele se afastará de suas raízes. E quanto mais ele renegar sua negritude e sua ancestralidade, mais próximo se tornará do ideal branco.

Entretanto, quanto mais o povo negro conta sua verdadeira história e não permite que sua narrativa seja contada por outras pessoas, mais evidente se torna que a história que se relata do povo negro parece não ter outra perspectiva a não ser a da escravidão e de alguns líderes homens, como os chefes de quilombo. Não falamos de outras líderes mulheres ou homens, pois nossa história não é interessante para o sistema racista, o que impossibilita a população negra de resgatar sua narrativa. Portanto, conhecer sua história, seu credo e sua cultura torna as pessoas muito mais fortes; o sistema não deseja isso, pois isso acabaria mantendo e manipulando um movimento de opressão histórica. A falta de conhecimento sobre sua própria história e o desprezo da sociedade desumanizam o povo

negro, refletindo nos assassinatos de pessoas negras, na ausência de negros em cargos de liderança e nos estereótipos impostos sobre os corpos negros, especialmente os das mulheres negras.

2.3 Racismo na Perspectiva Psicanalítica

De acordo com Rosemberg (2017), o racismo deve ser pensado não só em termos de estruturas sociais e instituições que o sustentam, mas também na dimensão simbólica, onde ocorre a inferiorização dos negros como povo e como indivíduos. O racismo está presente tanto nas relações interpessoais quanto no imaginário coletivo, sustentado por uma ideologia racista (Guerra, 2020). Nessa perspectiva, os modos de negação na psicanálise oferecem uma via para compreender a sutileza do discurso racial brasileiro. Como Lacan (1938/2003, p.463) aponta, é necessário entender "o que acontece com o racismo dos discursos em ação" (Guerra, 2020), já que todo racismo é uma forma de discurso que expressa poder e dominação. A negação, do ponto de vista psicanalítico, atua como um mecanismo estrutural primário de defesa, sendo responsável pela possibilidade simbólica de representação de um objeto na linguagem, frente à ausência desse objeto de satisfação (Guerra, 2020)

A negação se encontra na base dos três principais mecanismos de defesa do inconsciente: o recalque, o desmentido e a forclusão. O recalque, semelhante ao esquecimento, desloca uma representação incômoda para o inconsciente, manifestando-se na consciência por meio do sintoma. A recusa, ou desmentido, reconhece a representação, mas simultaneamente a nega, resultando em sua manifestação sob forma fetichizada. A forclusão, ou rejeição, exclui completamente a representação, como se a situação traumática jamais tivesse ocorrido, retornando de maneira alucinatória por não se inscrever no inconsciente. Nesse contexto, "negar algo em um julgamento é, no fundo, dizer: Isso é algo que eu preferiria recalcar (esquecer). Um juízo negativo (um 'não é isso') é o substituto intelectual do recalque" (Freud, 1925/1976, p.297). O ato de julgar, enquanto atividade intelectual, conecta o pensamento à ação por meio das pulsões primárias, e pode incitar reações que, no caso do racismo, se manifestam em palavras, sintomas ou até em violência (Guerra, 2020).

Podemos nos satisfazer com a explicação de que a negação está na base da estrutura simbólica e discursiva desse mecanismo da cultura brasileira, que atua como uma defesa e forma de desresponsabilização frente à não aceitação do racismo, além de sua manutenção e reprodução. Contudo, estudiosos do tema foram mais além, investigando a dimensão subjetiva do enfrentamento do racismo pelo negro e as consequências afetivas dessa vivência. Nesse contexto, Santos (1983) discute essa construção de um ideal do eu da pessoa negra, se baseia no modelo de sujeito de pele branca, resultando em uma negação da cor da pele. Isso fundamenta uma forma específica de sofrimento mental do negro e fomenta uma construção imaginária do embranquecimento da raça, que se torna um ideal social compartilhado tanto individualmente quanto em grupos, moldando a dinâmica coletiva (Guerra, 2020).

Embora o conceito de "ideal de eu" seja impreciso em Freud, ele é resgatado aqui (Freud, 1921/1976a) como uma instância separada do eu, que entra em conflito com ele através do supereu, responsável pela vigilância, censura moral e auto-observação. Assim, quando o homem branco é inconscientemente tomado como ideal de eu, ele exerce fascínio, impondo seu modelo e influenciando a configuração narcísica da população negra, submetendo cada indivíduo de forma única e íntima.

Costa (2003), ao comentar a tese de Santos (1983), argumenta que o pensamento do negro brasileiro, permeado pelo racismo, experimenta uma espécie de abolição simbólica, ideia que se aproxima das discussões de Nogueira (1998). Isso gera um duplo efeito: por um lado, o corpo negro vivencia intensas violências e afetos cotidianos que reforçam a injunção do ideal de eu branco, e, por outro, ocorre a recusa, negação e anulação da realidade concreta do corpo negro. A dor narcísica gerada é atravessada por culpa, censura e autolimitação, sendo que o recalque e a negação não conseguem explicar completamente essa experiência. Costa (2003) sugere que a foraclusão e a alucinação negativa estão presentes, enquanto Nogueira (1998) menciona despersonalização, desumanização e identificação com o agressor, indicando que a identidade do negro é moldada pelo medo e pelo ódio, que não encontram representação adequada (Guerra, 2020).

Além disso, Veríssimo (2017) aponta que a complexidade do racismo estrutural no âmbito da linguagem é ainda maior do que se supõe. Ela identifica, além do processo

de recalque, que envolve a negação inconsciente, e da negativa e a negação intelectual, a presença da lógica do desmentido ou da recusa no contexto do racismo brasileiro. Segundo ela, há uma perturbação nas referências que sustentam o narcisismo, com um vazio de investimento onde o preconceito e a desvalorização da pele negra são transmitidos pela negação e reforçados pelo poder discriminatório institucional, muitas vezes experimentado inicialmente no ambiente familiar. Dessa forma, o racismo preenche o "signo vazio" que define a raça (Veríssimo, 2017).

Segundo Guerra (2020) a fetichização da branquitude seria uma tentativa de superar a ameaça da castração, formando um modelo defensivo narcísico que, pela recusa, agrava a divisão do eu na relação com a realidade. Assim, ambivalentemente, afeto e hostilidade, idealização e ódio são inscritos no ideal impossível que se constitui. A negação e a afirmação simultâneas da cor negra tornam-se recursos defensivos e discursivos. Como destaca Veríssimo (2017, p. 246), "O corpo alvejado pelo racismo, nessa acepção, é o que viverá uma experiência traumática de atentado à própria integridade narcísica, além da destituição de um lugar de sujeito que lhe caberia como direito".

A experiência traumática associada à cor da pele negra, intensificada pelo preconceito diário, pode ser vivida como uma ausência de inscrição ou forclusão, manifestando-se pela pulsão de morte em sensações de despersonalização e alucinações negativas. Também pode ser experimentada como recusa ou desmentido, manifestando-se ambivalentemente como fetiche da branquitude, ou ainda como recalque, retornando sintomaticamente através da culpa e dos problemas narcísicos, resultando na manifestação de sintomas de sofrimento psíquico no corpo negro (Veríssimo, 2017).

É importante compreender que ninguém nasce racista; o racismo é uma construção social que emerge por meio da socialização em diferentes contextos, como a família e a sociedade. Assim, o racismo deve ser entendido como uma questão política que precisa ser debatida, discutida e desconstruída. Freud, em seu texto "O Mal-Estar da Civilização" (1930/2010, p.108), afirmava que o ser humano "não é um ser manso, amável, capaz no máximo de defender-se quando atacam, mas é lícito atribuir à sua dotação instintiva uma boa quota de agressividade." Essa agressividade se manifesta na satisfação do sujeito ao se impor sobre o outro, que é diferente, por meio de diversas formas de violência:



agredindo, explorando sua força de trabalho sem compensação, usando-o sexualmente sem consentimento, possuindo seu patrimônio, humilhando-o, infligindo-lhe dor, martirizando-o e até assassinando-o. O eco das palavras de Freud se faz presente em nossos dias, demonstrando a continuidade dessa condição pulsional.

Diante dessa dinâmica, se existe um dominador, é porque existe um dominado; se há um branco produtor do racismo, há um negro que sofre as consequências do racismo, ou que até reproduz práticas racistas. Os negros buscam uma branquitude impossível no fenótipo e que acaba sendo reproduzidas na tentativa de se relacionar com pessoas brancas.

Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco. Ora — e nisto há um reconhecimento que Hegel não descreveu — quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco. Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude... Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca. Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me aproprio. (Fanon, 2008, p. 69, grifos do autor).

Para efetivar o reconhecimento, é essencial que o Outro aguarde a resposta do Eu, pois não há reconhecimento na unilateralidade. Como Hegel (1807, p. 157) afirma: "A operação unilateral seria inútil [...] porque o que deve acontecer só pode se efetivar pela ação dos dois". No entanto, essa efetivação não ocorre, pois o "Eu" se encontra em uma posição de subordinação, concentrando toda sua volição no Outro, como um Narciso castrado. Isso se deve à predominância de uma cultura eurocêntrica, que coloca a Europa como elemento central na formação da sociedade moderna e a estabelece como protagonista na história da humanidade.

Nesse contexto, a branquitude desfruta de uma série de privilégios, sendo um deles o acesso facilitado à riqueza e ao crescimento profissional, evidente em cargos de grandes gestores e políticos. A cultura eurocêntrica cria um sistema de exclusão, onde a branquitude não apenas domina, mas também define o que é digno de reconhecimento, perpetuando a desigualdade e a marginalização daqueles que estão fora desse ideal hegemônico. Conforme Cida Bento, na obra "O Pacto da Branquitude":

Nem todos os privilegiados se reconhecem como parte de um grupo que traz em sua história a expropriação de outros grupos. A herança branca contém marcas da apropriação de bens materiais e imateriais, originárias da condição de descendente de escravocratas e colonizadores e é uma herança frequentemente tratada como mérito para legitimar a supremacia econômica, política e social. Essa herança fortalece a autoestima e o autoconceito da população branca tratada como “grupo vencedor, competente, bonito, escolhido para comandar” (Bento, 2022, p.83).

Assim, o racismo se revela como um sistema de opressão que implica poder. Na contemporaneidade, podemos observar tanto semelhanças quanto diferenças em relação ao sujeito dos tempos de Freud. Embora o fenômeno da agressividade ainda esteja presente, as transformações culturais ao longo do tempo impactaram inevitavelmente o sujeito. O declínio do patriarcado e a queda das tradições romperam com a figura do Pai, que, segundo Lacan (1938), é uma função significativa atrelada às leis da linguagem e à metáfora. Essa figura, que antes regulava o gozo — entendido por Lacan não apenas como um sinônimo de prazer, mas como um excesso insuportável que pode trazer sofrimento — tornou-se menos central. Segundo Lacan (1992, p.73) enfatiza que “o prazer é violado em sua regra e seu princípio, porque ele cede ao desprazer”, destacando que o gozo é mais complexo do que uma simples busca por prazer.

A transição do patriarcado trouxe novas possibilidades para a construção de identidades, relações amorosas e trajetórias profissionais, mas também gerou desorientação devido à ausência de referenciais explícitos que antes orientavam as escolhas. Essa mudança reflete tensões entre o desejo de autonomia e a necessidade de uma estrutura que dê sentido às experiências, impactando também questões raciais. O rompimento com a figura do Pai desafia a autoridade histórica do homem branco em uma sociedade racialmente hierarquizada, abrindo espaço para novas identificações raciais e de gênero. No entanto, essa liberdade pode intensificar comportamentos regressivos, como o racismo e o nacionalismo, em tentativas reacionárias de restaurar a "ordem" e os "valores" de uma era patriarcal em declínio.

Nesse contexto, a principal diferença entre o neurótico do tempo de Freud e o neurótico de hoje é que, enquanto o primeiro se sentia culpado por desejar tudo, o sujeito contemporâneo acredita ter o direito de usufruir de todos os objetos. Como aponta a

psicanalista Ondina Maria Rodrigues Machado (2005), o sujeito atual está submetido a um comando categórico: GOZE! o direito ao prazer foi equiparado ao direito de consumir, transformando-se em uma verdadeira obrigação de gozar. No entanto, essa pressão por gozar não se traduz em um aumento real de prazer. Curiosamente, a clínica psicanalítica revela que, apesar da expectativa de satisfação, as pessoas hoje não experimentam mais prazer do que no passado. Isso está profundamente relacionado ao trauma e ao traumático, especialmente no contexto das experiências vividas por indivíduos que enfrentam os efeitos do racismo. A busca incessante pelo prazer, alimentada pela cultura de consumo, pode obscurecer as experiências dolorosas que esses indivíduos carregam.

Segundo Karpem e Ragnini (2023) o conceito de *gozo perverso racista* pode ser entendido como uma forma de satisfação que vai além das identificações tradicionais que Freud (1923/2010) delineou em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. Essa nova identificação está relacionada ao conceito lacaniano de *mais-de-gozar*, onde o sujeito tenta recuperar o gozo por meio do ódio dirigido ao outro, que é desumanizado e tratado como dejetivo. Slavoj Žižek (2014) expande essa ideia ao sugerir que o racismo está profundamente enraizado na percepção de que o Outro "rouba" o gozo do sujeito, provocando inveja e ressentimento. Nesse processo, o racista projeta no Outro um acesso completo a um gozo que ele próprio sente que lhe é negado.

A verdadeira mudança está na substituição do desejo sempre insatisfeito e inalcançável por uma obrigação de satisfação imediata, um efeito direto do capitalismo, que criou um "Outro" focado no consumo. Em resposta a esse novo imperativo, o sujeito contemporâneo coloca o "mais-de-gozar" no centro de suas interações sociais, transformando o objeto de desejo em um elemento essencial de seu discurso. Contudo, esse gozo, agora sem limites e imposto, traz novos sintomas que refletem a demanda por satisfação instantânea, gerando um enfraquecimento dos vínculos sociais e produzindo novas formas de mal-estar.

Esse mal-estar que incluem segregação, exclusão, racismo, dificuldades no desempenho escolar, desemprego e o consumo descontrolado de drogas e dispositivos tecnológicos. Esse excesso de busca pelo prazer define as novas bases das relações sociais, conforme explica a psicanalista Vera Lúcia Veiga Santana (2011). Lacan, no Seminário 18 (1971/2009), ao revisar as ideias de Freud, destaca que, embora o racismo

adapte algumas de suas características de acordo com o contexto histórico, ele se mantém estruturalmente inalterado. Em outras palavras, o racismo pode mudar seus alvos à medida que as formas sociais se transformam, mas continua a se sustentar pela rejeição a um "gozo inassimilável" e pela tentativa de dominar aquilo que é percebido como uma barbárie.

É fundamental entender que as práticas sociais e políticas moldam e definem o racismo em cada época. Isso nos leva à hipótese de que o racismo pode ser compreendido como uma prática de discriminação e segregação, enraizada nas dinâmicas sociais. Lacan, no Seminário 18 (1971/2009), sugere que vivemos em um capitalismo que intensifica e endurece ainda mais a segregação. Para o racista, o desejo é eliminar aquele que representa o gozo que ele não consegue suportar, eliminar aquele que encarna o gozo rejeitado pelo racista. O conceito de “mais-de-gozar”, atribuído por Lacan no seminário 18, refere-se à ideia de um excesso de prazer que é percebido no outro. Isso se sustenta na fantasia de que o outro desfruta de um gozo que o racista não pode e não deve ter, fazendo com que o racista, em uma construção imaginária, deseje violentar e segregar o outro, pois, para o racista, isso se torna uma ameaça ao seu próprio prazer e status. Assim, o racismo não é apenas uma questão de diferença de tom de pele, entre outras, mas uma reação violenta ao gozo percebido como intolerável e ameaçador.

O racismo expressa-se como ódio à maneira como o Outro goza, e essa resposta agressiva aponta para o "real" no Outro. O encontro entre o colonizado e o colonizador expõe essas falhas e mostra como o discurso humanista se fragmenta. Como afirma Miller (2010, p. 55 *apud* Karpem; Ragnini, 2023, p. 326), "uma vez que o Outro é também parte de mim, a raiz do racismo é o ódio ao próprio gozo" pois, “se o Outro está em meu interior em posição de extimidade, é também meu próprio ódio”. Assim, é necessário localizar o gozo na ordem discursiva. A discriminação racial não está ligada apenas a estruturas sociais e institucionais, mas é, fundamentalmente, um problema de gozo.

Por fim, Guerra e Goes Lima (2021) discutem a decolonialidade em sua relação com a psicanálise, propondo uma reconfiguração dessa disciplina para incluir vozes de culturas marginalizadas. Isso abre um espaço crítico para compreender as estruturas sociais e identitárias que emergem das experiências coloniais e pós-coloniais. Assim, a



psicanálise deve reconhecer suas influências coloniais e reformular suas teorias, visando a inclusão e o diálogo sobre raça, gênero e classe na perspectiva da interseccionalidade.

Nesse sentido, o analista branco tem a responsabilidade de estar atento ao sofrimento racial que atravessa os sujeitos negros, observando como essas questões se manifestam na transferência. Isso também exige uma reflexão sobre a própria branquitude, ou seja, o reconhecimento de seu privilégio social e dos pactos que pode ter com as estruturas de opressão. Como apontado por Harris (2019), é crucial que o analista tome consciência de sua posição social para garantir uma escuta adequada dos traumas raciais do outro. Lacan nos lembra, afinal, que a maior resistência à análise reside no próprio analista, o que sugere que a negação da própria racialização por parte do analista pode implicar em uma recusa perversa em enfrentar as dinâmicas raciais e sociais em jogo.

Entretanto, a questão já não é mais se somos ou não racistas. Somos! O Brasil é! Nossas instituições são! Diante da incontestabilidade do racismo, a única opção que nos resta é nos opor a ele, combatê-lo continuamente de forma explícita e detalhada. Nesse processo, acredito que a psicanálise se apresenta como uma ferramenta valiosa, pois oferece uma compreensão profunda dos processos inconscientes que sustentam o racismo. O racismo não é apenas uma questão de preconceito aberto ou discriminação institucional; ele está enraizado também em fantasias, medos e desejos inconscientes que moldam a maneira como o sujeito se relaciona com o outro. Por isso, a psicanálise desempenha um papel essencial na construção de um caminho antirracista.

2.4 Consciência Negra

O Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no Brasil em 20 de novembro, foi instituído pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A escolha dessa data remete à morte do líder negro Zumbi dos Palmares, assassinado por representantes do governo. Zumbi é um símbolo da resistência negra, e sua morte representa um marco na luta contra a escravização da população preta (Brasil de Fato, 2021). Esse crime teve como objetivo pôr fim à resistência negra, mas, ao contrário, fortaleceu a luta pela liberdade e pelos direitos da população negra. O dia 20 de novembro é um marco de fortalecimento para

essa população e também um ponto de referência na luta contra o preconceito racial, além de ser uma data para defender os direitos e reconhecer a importância da população negra na formação da identidade brasileira (Silva *et al.*, 2023).

Desenvolver a consciência negra significa trazer à tona a história negra, refletir criticamente sobre ela e adotar uma leitura mais ativa das realidades vividas pelas pessoas negras no Brasil. Segundo Silva *et al.* (2023), a palavra "consciência" refere-se à modificação do eu no mundo, indicando como o sujeito se constitui e está inserido no mundo. Para isso, é necessário expandir nossa consciência, integrando tanto a coletividade quanto a individualidade. Abordar o tema da consciência negra é, portanto, discutir o racismo presente em diversas formas na vida da população negra no Brasil. Esse racismo é estrutural, permeando toda a organização econômica e política da sociedade. E a democracia racial está no discurso de que todos somos iguais, porém isso é um mito (Silva, 2016).

Além disso, é importante destacar que, ao perguntarmos à maioria das pessoas sobre referências de super-heróis ou cargos de grande valor social, é provável que não venha à mente uma figura negra. A imagem predominante será a de um homem branco, pois a branquitude ocupa os lugares de poder. No entanto, nossa história é repleta de heróis e pessoas importantes que são negras, e a população negra não está restrita a lugares de subalternidade. Essa narrativa, que foca apenas na escravidão e na violência, ignora o empoderamento negro que também faz parte desse contexto (Ribeiro, 2019).

O apagamento da história da população negra é uma faceta do racismo estrutural, institucional e sistêmico. Ter a história apagada é uma grande violência, pois impede que se tenha raízes e origem, reforçando estereótipos negativos sobre os corpos negros. Por isso, é fundamental resgatar a história do nosso povo, conhecendo não apenas os feitos de Zumbi dos Palmares¹, mas também os de figuras como Teresa de Benguela², líder e rainha de um dos maiores quilombos do Brasil, e Dandara³, que, ao lado de Zumbi, liderou um dos mais importantes quilombos do país (Ribeiro, 2019).

¹ Zumbi dos Palmares foi um líder do movimento quilombola e símbolo da resistência contra a escravidão no Brasil.

² Teresa de Benguela foi uma líder quilombola e rainha do Quilombo, conhecido por sua resistência à escravidão.

³ Dandara foi uma guerreira e líder do Quilombo dos Palmares, lutando ao lado de Zumbi pela liberdade da população negra. (Mascarenhas, 2022).



A necessidade de resgatar e valorizar a história negra se torna ainda mais urgente ao pensarmos na importância de alcançar a consciência negra, que é fundamental para dismantlar estereótipos. O provérbio africano presente no livro *A Confissão da Leoa*, de Mia Couto (2012, p. 6), reforça essa ideia: “Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”. Essa metáfora evidencia que o inconsciente das pessoas negras no Brasil foi totalmente embranquecido, pois os símbolos e discursos sobre o que é belo e desejável são atribuídos às pessoas brancas. Assim, os símbolos de prestígio e poder, dentro do discurso hegemônico, são brancos, moldando subjetividades de forma a deslegitimar as narrativas e histórias dos corpos negros. Existe, portanto, uma dimensão inconsciente que constitui nossa subjetividade (Vieira, 2019), e é por meio da conscientização e valorização de nossas histórias que podemos começar a transformar essa realidade.

Esse processo de conscientização é uma das maiores conquistas do movimento negro, que representa um ato político essencial para as lutas da população negra, desde os quilombos e terreiros até movimentos organizados, como a Frente Negra Brasileira, surgida em 1931 em São Paulo. A população negra vem lutando por seus direitos e obtendo avanços significativos, como as cotas raciais para a inserção de pessoas negras nas escolas públicas, por meio da Lei nº 12.711/2012; o direito de pessoas negras ocuparem cargos públicos e efetivos, estabelecido pela Lei nº 12.990/2014; e o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, com a Lei nº 10.639/2003. Através do movimento negro, o racismo se tornou crime em 1989, com a previsão na Lei nº 7.716/1989 (Brasil de Fato, 2021). Assim, a conscientização negra não apenas confronta o inconsciente embranquecido, mas também produz novos modos de ser, estar, sentir, pensar e se perceber, passando pela valorização da grandiosidade de ser africano ou africana.

Nesse contexto, o movimento negro unificado se destaca como uma organização que unifica as vozes da população negra em um movimento de luta e conquistas. Nascido durante a ditadura militar em 1978, o movimento reuniu milhares de pessoas para manifestar suas reivindicações. Desde sua criação, ele obteve conquistas importantes, como a demarcação de terras quilombolas e o reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional. O movimento se mantém firme em sua luta contra o racismo, o

genocídio de pessoas negras e o racismo religioso (Domingues, 2007). A Constituição Federal de 1988 foi um marco no reconhecimento dos direitos de todas as pessoas, incluindo as religiões de matriz africana, que foram valorizadas e contribuíram para a cultura negra (Domingues, 2007).

Além disso, houve avanços nas políticas de saúde e educação voltadas para programas específicos, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. De acordo com Vieira (2023), há espaços na cultura e na mídia ocupados por diversos atores e escritores negros, rompendo ciclos viciosos. Movimentos de resistência e empoderamento têm fortalecido a autoestima e a valorização da identidade negra, como o Dia da Consciência Negra.

É fundamental lembrar que a luta pela igualdade e reconhecimento é um caminho contínuo. Ao celebrarmos as conquistas do movimento negro, reafirmamos que cada passo dado é um eco na história que clama por justiça, respeito e valorização da riqueza cultural que compõe a identidade brasileira. Somente assim, podemos avançar rumo a um futuro onde todas as vozes, todas as histórias e todas as identidades sejam verdadeiramente reconhecidas e respeitadas.

Conclusão

Esse trabalho buscou analisar o racismo e seus impactos na subjetividade da população negra, adotando uma abordagem psicanalítica e histórica. Essa pesquisa revelou que a história de mais de três séculos de escravidão no Brasil moldou uma estrutura social que perpetuou desigualdades, marginalizando a população negra e instaurando um racismo que se manifesta tanto de forma consciente quanto inconsciente.

Foi possível compreender como o racismo afeta a construção da identidade, entre outros aspectos. A consciência negra, destacada como um marco de resistência, mostrou-se essencial para a formação de uma identidade coletiva que busca superar as consequências psicológicas, física, de saúde, políticas, civis e nas relações interpessoais e sociais do racismo.

Por fim, as contribuições deste estudo para o meio acadêmico são significativas. Primeiramente, ele amplia o entendimento sobre a relação entre racismo e subjetividade,



trazendo à tona questões que muitas vezes são negligenciadas nas pesquisas. Além disso, ao integrar a perspectiva psicanalítica, o trabalho oferece uma nova abordagem para a compreensão dos impactos psicológicos do racismo, incentivando futuras investigações nesta área. O estudo também ressalta a importância da consciência negra como um espaço de resistência e afirmação da identidade, contribuindo para o fortalecimento do debate sobre inclusão racial na educação e nas políticas públicas.

Para futuras pesquisas, seria interessante adotar uma abordagem interdisciplinar e realizar investigações regionais que considerem a rica diversidade cultural do Brasil. Estudos que explorem a relação entre racismo e saúde mental, pesquisas longitudinais que acompanhem a evolução das experiências de vida, análises focadas em grupos específicos, como mulheres negras e pessoas LGBTQIA+, e a avaliação da eficácia de programas educacionais e sociais voltados para a inclusão racial e a promoção da consciência negra podem trazer contribuições significativas para o campo.

THE IMPACTS OF RACISM ON THE SUBJECTIVITY OF THE BLACK POPULATION: SUFFERING, TRAUMA AND BLACK CONSCIOUSNESS

ABSTRACT

This work investigates the effects of racism on the subjectivity of the black population, emphasizing the contributions of psychoanalysis to understanding this phenomenon. The general objective is to analyze how racism impacts the subjectivity of black individuals, while specific objectives include: examining the historical context of racism in Brazil and its current repercussions; discuss the contributions of psychoanalysis to understanding the impacts of racism on identity, self-esteem and social belonging; and investigate the importance of black consciousness as a form of resistance and overcoming the psychological consequences of racism. The methodology adopted is qualitative, allowing an in-depth analysis through a literature review. The justification for this study lies in the urgent need to understand the relationships between racism and subjectivity, given the persistence of racial inequalities in Brazil. The results reveal that racism, both conscious and unconscious, significantly affects the mental and emotional health of the black population. However, the construction of black consciousness emerges as an effective strategy to promote resistance and strengthen identity.

Key-words: Racism. Social Aspects. Psychoanalysis. Black Consciousness.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L.. Racismo Estrutural. São Paulo: Ed.Jandaíra-Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2019.

BARRETO FILHO, H. Sangue no chão e medo de morrer: Vila Cruzeiro após chacina que matou 23. **UOL.com**, Rio de Janeiro, 04 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 nov. 2011.

BRASIL DE FATO. **Consciência negra**. Edição Especial, nº 17, Circulação Nacional. 2021. Distribuição gratuita.

BENTO, C. **Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

COSTA, D. O.. A luz de Tereza de Benguela não apagará: o dito e o não-dito pelas fontes históricas. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 19, n. 1, p. 495-513, jan.jun. 2022.

COSTA, J. F..**Violência e psicanálise**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

COUTO, M.. **A confissão da leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DOMINGUES, P.. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v.12, n. 23, p. 100-122, 2007. DOI: 10.1590/S1413-77042007000200007 .

EMICIDA. Ismália. In: EMICIDA. **AmarElo**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. 1 disco sonoro (4 min 28 s).

EVARISTO, C.. Certidão de óbito. In: **Poemas da recordação e outros movimentos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2008. p.17

FANON, F.. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.



JESUS, L. G.; COSTA, M.R.. Impactos do racismo na subjetividade de indivíduos negros. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 314-335, jul.-dez. 2017.

FREUD, S.. A negativa. In: STRACHEY, J. (Ed.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, pp. 293-301, 1976b. v.19. (Originalmente publicado em 1925)

FREUD, S.. **O mal-estar na Hegel**. Companhia das letras: São Paulo, 2010. (Originalmente publicado em 1930).

FREUD, S.. **Obras completas - Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 15. (Originalmente publicado em 1920-1923).

GOFFMAN, E.. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GUERRA, A. M. C.. O papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 20, n. Especial 2, e9547, 2020.

GUERRA, A. M. C.; GOES LIMA, R. (Orgs.). **A psicanálise em elipse decolonial**. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

HARRIS, A.. *The perverse pact: racism and white privilege*. **American Imago**, v. 76, n. 3, 2019, p. 309-33.

HEGEL, F.. **Phénoménologie de l'esprit**. Tome I. Paris: Aubier, HegeEditions Montaigne, 1807.

KARPEM, C. C.; RAGNINI, E.C. S.. Psicanálise, racismo e pensamento decolonial. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas - TO, v. 10, n. 04, 2023.

MACHADO, O.M.R.. **A clínica do sinthoma e o sujeito contemporâneo**. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGTP, 2005.



MASCARENHA, Y.P. Dandara, heroína que preferiu morrer a ser escrava. **Ciência Web**, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/bitstreams/7a1c46f2-db16-4bf1-a6cc-d8eadec58c03>. Acesso em: 09 out. 2024.

LACAN, J.. O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

LACAN, J.. Os complexos familiares na formação do indivíduo. In.: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. pp. 29-90. (original publicado em 1938).

LACAN, J.. O aturdido. In.: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. pp. 448-497. (original publicado em 1938).

LACAN, Jacques. **O seminário: livro 18: de um discurso que não fosse semblante** (1971). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MENEZES, J.M. F.. Abolição No Brasil: a construção da liberdade. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009.

NOGUEIRA, I. B.. Significações do corpo negro. Universidade de São Paulo, SP, 1998.

PACHECO, L. C. Racismo cordial - manifestação da discriminação racial à brasileira - o domínio público e o privado. **Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 137-144, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/82>. Acesso em: 10 out. 2024.

RAMOS, S. (Coord.). **A cor da violência policial: a bala não erra o alvo**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, dez. 2020.

RIBEIRO, D.. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

ROSEMBERG, F.. Psicanálise e racismo. In.: KON, N. M.; SILVA, M. L. Silva; ABUD, C. C. Abud (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise** São Paulo: Perspectiva, 2017. pp. 129-141.



SANTANA, V. L. V.. Por que a psicanálise, hoje? **Opção Lacaniana online**. ano 2, n. 6, p. 01-11, 2011. Disponível em: http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_6/por_que_a_psicanalise_hoje.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

SANTOS, B. D. S. Pela mãos de Alice. o social e o político na Pós-Modernidade. 7º. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SENTO-SÉ, J. L. A.. **Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: LTr, 2000.

SILVA, C. C.O. *et al.* **Direitos Humanos e Consciência Negra**. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Universidade Tiradentes-SE, 2023. [cartilha]

SILVA, F. C.; PALUDO, K. I.. Racismo implícito: um olhar para a educação infantil. **Revista África e Africanidades**, ano IV, n. 14/15, ago./nov. 2011.

SILVA, W. H.. **O mito da democracia racial**: um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermann, 2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica**: métodos de pesquisa, v. 1, 2009.

SOUZA, N. S.. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal (v. 4, Coleção Tendências), 1983.

VERÍSSIMO, T. C..O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social. In.: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Orgs.), **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017. pp. 233-249.

VIEIRA, J. S. O enegrecimento da subjetividade. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 53, n. 2, p. 195-213, 2019.

VIEIRA, N.. **A importância da literatura negra brasileira como representatividade de vozes que formaram o Brasil**. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100824>. Acesso em: 08 out.2024



UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

ŽIŽEK, S.. **Violência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.